

**ATA N.º 08/XII/2021**

**Reunião Ordinária de 14/04/2021**

Aos catorze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, na Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM ATIVIDADE TAUROMÁQUICA .....	10
2. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021 .....	15
3. SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE .....	16
4. 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP .....	20
5. FIXAÇÃO DE PREÇOS PARA EDIÇÕES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO - MOÍTA PATRIMÓNIO (3.ª EDIÇÃO) .....	21
6. RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CONSÓRCIO, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA ESCOLHAS 8.ª GERAÇÃO - PROJETO “RITMOS V.A. 2835 - E8G” .....	22
7. RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CONSÓRCIO, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA ESCOLHAS 8.ª GERAÇÃO - PROJETO “TASSE - E8G” .....	23
8. “CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES” - PLANO DE TRABALHOS MODIFICADO - BETONIT - ENGENHARIA, LDA. ....	24
9. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DA BANCA Nº 09 COM A ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DO GAIIROSÁRIO.....	25

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria;
- O mapa dos atos praticados no âmbito das delegações e subdelegações de competências referente ao período de 01.03.2021 a 31.03.2021

Submeteu ainda a discussão e votação as seguintes atas, previamente distribuídas:

- Ata n.º 05/XII/2019 de 13.03.2019;
- Ata n.º 20/XII/2019 de 25.09.2019;
- Ata n.º 21/XII/2019 de 09.10.2019;
- Ata n.º 22/XII/2019 de 23.10.2019.

Não havendo nenhuma questão, foram as mesmas colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade dos presentes nas respetivas reuniões.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que sobre o interesse, que manifestou na última reunião de Câmara, em visitar a obra da Capela da Misericórdia, e uma vez que nunca mais falaram sobre o assunto, questionou se não seria possível agendar um dia para o efetuarem, até em conjunto, porque está curioso em ver qual é o ponto de situação e porque, na condição de vereador, também tem a responsabilidade de lá ir, porque as pessoas vão perguntando e não sabe responder, pelo que gostava, se possível, que essa data fosse comum a todos para poderem visitá-la em conjunto.

Mais disse que viu com satisfação a obra que está a decorrer junto ao cais e também a obra do palacete, que está a avançar a olhos vistos, no entanto, e tratando-se de perguntas de munícipes, disse que na parte de trás do palacete há um espaço que, em tempos, seria uma horta e que agora será o acesso às traseiras do palacete, como aquilo vai coabitar com uma propriedade privada, aquele armazém muito grande que lá está e que, ao que parece, vai ser uma superfície comercial, queria saber se estava salvaguardado, na obra, a existência do acesso ao palacete porque, como sabem, na parte de trás existe uma espécie de cave, um espaço significativo, e não sabe pormenores sobre como é que vai ser restaurado, mas acredita que, certamente, estará prevista a entrada pelas traseiras do edifício. No que concerne à obra da avenida 1º de Maio e às árvores sobre as quais aqui se falou, em que umas tinham que ser abatidas e outras transplantadas, e ao que parece algumas oliveiras foram transplantadas, o que queria saber é se vão transplantar apenas as que vão ser necessárias face à obra, ou se está previsto o transplante de todas aquelas oliveiras que fazem parte daquele conjunto junto ao campo do Vinhense.

Relativamente ao estado dos pavimentos disse que muitos munícipes se vão queixando e, realmente, com o inverno ainda ficaram pior, acrescentando que vai sempre dando uma palavra ao Sr. Vereador Miguel Canudo sobre este tema, no entanto, existe um buraco fruto de uma intervenção na rua Amílcar Cabral, no Bairro das Morças, que fica mesmo no meio da rua, e quando passa por lá já vai com

cuidado para não rebente algum pneu, certamente o buraco ficou ali para abater, mas tem de haver uma intervenção dos serviços para que aquilo não se degrade, e como está mesmo a meio da via e não está devidamente assinalado, é uma armadilha para os carros.

Referiu, mais uma vez, que a rua Fernando Sequeira, que é a que fica junto à escola do 1º ciclo, a nº1 da Bela Rosa, tem dois sentidos, sobre a qual já falou com o Sr. Vereador Miguel Canudo há algum tempo, disse que deve ser repensada porque tem dois sentidos e é a única que não devia, uma vez que é uma rua que tem ligação com a escola e há hora de entrada e saída dos miúdos é um rebuliço, em termos de passeios, sendo esta a pior rua das que fazem ligação com a Bela Rosa, porque os passeios são todos irregulares e de um lado até nem tem passeio, e tendo visto com atenção, àquela rua não tem um único sinal de proibição de estacionamento. Não sabe como é que é possível e acha que tem que haver ali uma outra intervenção, e nem está a falar do pavimento, está a falar dos cuidados de trânsito, porque cada um estaciona como quer, em cima dos passeios, e não lhe parece que uma rua à beira de uma escola deva ter dois sentidos, pelo que acha que aquilo merece um outro olhar.

Sobre o Covid solicitou que lhe fosse prestada informação sobre o estado em que estão em termos de pandemia, e informou que foi feita uma adaptação aos horários dos balcões em conformidade com este ar de desconfinamento que foi dado, sendo que, atualmente, os balcões da Baixa da Banheira e da Moita funcionam o dia todo. Antes as equipas estavam desdobradas, mas só funcionavam meio dia, até às 14h, agora estão a funcionar num sistema de espelho em que de manhã está um grupo, e das 14h às 20h está outro, existindo, sempre, algumas reclamações, no entanto, estão a fazer atendimentos por marcação, mas ainda no outro dia estava no balcão da Moita e já tinham sido atendidas 23 pessoas que não tinham marcação, com o sentido de prestação de um serviço que têm recomendado aos funcionários, que merecem um reparo muito positivo, por além das marcações conseguirem sempre arranjar um espaço para atender as pessoas, ainda que haja sempre quem diga que não foi bem atendido estão a tentar fazer o seu melhor.

Quanto a Alhos Vedros e ao Vale da Amoreira, por serem mais pequenos e só estarem dois funcionários, estão atualmente a funcionar em horário normal, porque consideraram que seria melhor em vez de estar uma pessoa sozinha no balcão de manhã e outra de tarde, porque em termos práticos não resultava muito ter uma pessoa sozinha no balcão, nem é muito animador. De uma forma geral, pensa que estão em articulação com os outros serviços, e agora estão a aguardar para saber o ponto de situação sobre os contágios que estão a ocorrer, uma vez que os resultados, por um lado, estão a ser animadores, mas por outro começam a ser preocupantes, pelo que ficarão na expectativa do que poderá acontecer, mas essas informações que solicitou, se calhar, podem ajudar a fazer uma leitura mais concreta e mais correta.

Sr. Vereador Luís Chula – Começou por fazer o ponto de situação em relação ao Covid-19, no concelho, dizendo que há semelhança da maior parte dos concelhos no País, e da região, houve uma quebra no número de casos diários nos últimos dias, que até é animadora, porque são, de facto, muito baixos em comparação com situações anteriores que já viveram. A Direção-geral de Saúde, estranhamente, lançou na sexta-feira aquela informação semanal que costuma surgir às segundas-feiras, com informação de quantos casos é que o concelho teria no rácio de 100.000 habitantes, que seria 96, o que corresponde, efetivamente, para os 64.400 habitantes do concelho, a 61, e isto relativo ao período compreendido entre o dia 24 de março e o dia 6 de abril. Isto é, de alguma forma, animador, mas considerando que se poderá vir a ter em linha de conta que os 120 casos poderão determinar outras medidas de confinamento, que é uma dúvida que existe ao nível da Direção-geral de Saúde e do próprio Governo, e também não estamos assim tão folgados quanto isso, sobretudo comparando com outros concelhos à volta que estão pela metade dos números, ou seja, mantemo-nos em segundo lugar no ranking ao nível concelhio somos apenas superados por Almada que tem 114 casos, todos os outros estarão com números bastante abaixo. Entretanto, de acordo com os dados locais, nos últimos 14 dias tivemos 55 casos, ou seja, se entre 24.03 e 06.04 tivemos 61 há, naturalmente, alguma evolução, mas gostaríamos que ela fosse mais acentuada.

Sobre o processo de vacinação disse que continua a ser efetuado no Pavilhão Municipal de Exposições, até este momento o número de vacinas aplicadas supera as 7.700, o que significa, no universo de pessoas que deverão ser vacinadas, que não serão, logicamente, as 64.400, porque há aqui um grupo que não irá ser vacinado, o grupo dos mais novos, que cerca de 15% da população já estará, pelo menos, com uma toma, sendo que o grupo etário igual ou superior a 80 anos está, praticamente, vacinado com a segunda dose, e a haver situações em que isso não ocorra não é por falta de tentativas dos centros de saúde no sentido de convocar as pessoas. Nota-se que há, de facto problemas, de identificação quer de telefones, quer de moradas, por parte de alguns destes idosos e o Centro de Saúde, perante a previsão de poder vacinar 600 pessoas por dia, que é aquela que, mais ou menos, tem sido a prática, tem que recorrer a chamadas de última hora porque há muitos utentes que não respondem, ou não atendem e, sendo sincero, também há muitas pessoas que não querem ser vacinadas.

Na última semana começou a ser vacinado o grupo com idade superior a 65 anos, e já foram bastantes pessoas vacinadas neste escalão etário, no próximo fim de semana, sábado e domingo, terá lugar a segunda toma da vacinação dos professores, sendo que estão, neste momento, a fazer ajustes relativamente aos horários de abertura e de fecho, mas presume-se que vacinarão 600 pessoas por dia.

Em seguida, fez referência ao apoio extraordinário que os vários serviços do município têm dado com o seu contributo para que tudo corra bem, e referiu que perante um problema que surgiu porque o serviço de informática do Ministério da Saúde bloqueou, o que originou terem muitas pessoas à porta do Pavilhão, as pessoas não responderam às tentativas do pessoal de serviço, e até do próprio, para que mantivessem o distanciamento de segurança, não aceitavam esse conselho e queriam estar todos “apinhados” junto à porta de entrada. Tratava-se de um escalão etário elevado e não aceitavam bem as recomendações que o pessoal de serviço, da proteção civil e o próprio foram fazendo, no sentido das pessoas se afastarem, todavia, esse problema não voltou a acontecer e têm continuado a investir para criar melhores condições, quer para o sol, quer para a chuva, para as pessoas cuja vez de ser vacinadas se atrasa.

Relativamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil disse que retomaram as visitas programadas com a segurança social e a saúde pública, no caso concreto, às várias valências da Raríssimas e também ao lar Nossa Senhora da Boa Viagem, em Sarilhos Pequenos, e estão agendadas para o próximo dia 24 visitas a outras instituições residenciais para idosos.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Começou por referir o facto de terem começado o desconfinamento, não só no concelho como em todo o País, momento pelo qual as atividades económicas, naturalmente, ansiavam. Restaurantes, cafés, que agora já podem funcionar com esplanada, lojas que agora já podem funcionar, sendo apenas permitida a entrada de uma pessoa de cada vez, mas ainda assim diferente das vendas online, principalmente quando se trata de roupa, porque as pessoas não gostam muito de as adquirir sem sentir o tecido e sem experimentar, portanto, foi uma boa notícia. Houve excessos, não por parte dos comerciantes, porque tem tido o cuidado de correr o concelho quase todo e, de facto, nas esplanadas dos estabelecimentos as mesas estavam postas para 4 pessoas, com 4 cadeiras afastadas umas das outras, mas houve alguns locais em que, por maus hábitos das pessoas, apesar dos 4 lugares sentados, havia sempre 3 ou 4 amigos em pé, sem máscara e a pousarem o copo na mesa. Compreende o que disse o Sr. Vereador Luís Chula sobre aquele dia mais complicado que tiveram no Pavilhão, que as pessoas teimam em não se afastar e torna-se muito difícil aceitarem as recomendações, porque os donos dos cafés e dos restaurantes queixam-se do mesmo, pelo facto de estarem só 4 lugares na mesa, mas estarem mais 3 ou 4 pessoas que permanecem em pé, pousam o copo na mesa dos amigos e, às tantas, já não são 4 pessoas são umas 7 ou 8. Não desmente que tiveram esse problema, a GNR e a PSP tiveram que intervir nalguns sítios, mas pensa que, neste momento, as pessoas já estão mais conscientes que a lei é para cumprir e que não interessa a opinião de cada um sobre a lei, o que interessa é que ela existe e é para cumprir. Podem ou não concordar,

podem considerar que uma pessoa em pé junto à mesa não faz mal nenhum, mas a lei diz que não é não.

Os próprios donos dos estabelecimentos, neste caso, com esplanadas, até porque foi muito noticiado que o governo ia solicitar às forças policiais, GNR e PSP, um melhor policiamento, ganharam mais consciência, sendo que é o primeiro a reconhecer que, de uma forma geral, até recomendam, as pessoas é que não cumprem, e percebe a dificuldade que têm porque o próprio também a sente quando chama a atenção. Naturalmente, também compreende que estiveram muito tempo confinados, que as atividades económicas de lojistas, cafés, mercearias, restaurantes, lojas de roupa, entre outros, estão a precisar de ganhar algum dinheiro e também lhes custa impor as regras, mas pensa que a questão está a melhorar, muito graças ao papel da GNR que tomou algumas posições.

Sobre o 25 de Abril, que calha no 4º domingo do mês, disse que o Regulamento afirma que só há 4 feriados para os mercados, o 25 de Abril, o 1º de Maio, o 25 de dezembro e um 01 de janeiro, portanto, são os 4 únicos feriados em que os mercados do concelho fecham. O pessoal adstrito aos mercados só tem esses 4 feriados, não tem mais, e como tal, apesar do 25 de Abril calhar no 4º domingo do mês, naturalmente, até por força do próprio Regulamento, não é possível fazer o mercado mensal da Moita. Abordou esse tema hoje com o Sr. Presidente na hipótese de se realizar no dia 24, mas porque existem outros mercados ao sábado e os feirantes, como todos sabem, fazem vários mercados, por incrível que pareça, no primeiro mercado em que poderiam abrir um bocadinho mais e terem também outros produtos à venda, provavelmente, não terão mercado, ainda que lhe falte saber mais alguns pormenores de alguns vendedores, é o mais provável que aconteça, naturalmente, tem pena, mas as coisas são como são.

Do ponto de vista das atividades económicas, as pessoas estão esperanças que agora consigam ir abrindo mais, ou seja, que na próxima semana já possam estar 6 pessoas nas esplanadas e também no interior dos restaurantes. Tem explicado que o Governo, desde o início, disse que uma coisa é o plano inicial de desconfinamento, mas que ia sendo aferido um pouco antes do momento de abertura, ou seja, amanhã, quinta-feira, é que o governo vai anunciar o que mais abre a partir de segunda-feira. Uma das coisas que os proprietários dos restaurantes se têm queixado muito é o facto de, aos fins de semana, as esplanadas fecharam às 13h, porque se fosse até às 15h ao menos podiam servir almoços e não entendem a diferença dos dias de semana para o fim de semana, e a sua resposta é sempre a mesma, que não discute leis, não é membro do governo, não fez as leis, mas no concelho confirma-as, como é óbvio, e têm que as cumprir, portanto, esperam que segunda-feira as regras mudem e abram um pouco mais. Ficou muito esperançado com as informações que o Sr. Vereador Luís Chula lhes trouxe, e tal como os comerciantes do concelho, tem a esperança que possam começar a abrir e que a economia comece a funcionar.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que no dia 27 de maio de 2020, receberam um e-mail que reportava a construção de um anexo, de uma ampliação num logradouro, nas traseiras do nº69 da rua de Angola, na Baixa da Banheira, situação que já tinha sido identificada pela fiscalização, mas o que é certo é que, de lá para cá, a obra continuou, pelo que perguntou o que é que se passa relativamente a esta situação, se a obra está ou não licenciada, apesar de lhe parecer que não existem condições para licenciar a obra, e caso tenha sido gostaria de conhecer os moldes em que isso aconteceu, mas o que não considera normal é que sejam denunciadas situações destas e depois continuem como se nada fosse. Disse, ainda, que ficaram satisfeitos com os trabalhos no largo do Descarregador e no Palacete dos Condes de Sampayo, mas foi-lhe dado conhecimento que existem alguns constrangimentos no acesso à Associação “Amigos do Mar”, e, como todos sabem, este período de pandemia trouxe enormes constrangimentos às atividades das diversas associações, e aquela Associação tem um estabelecimento aberto ao público que ajudará a colmatar as necessidades financeiras para a promoção da sua atividade, igual a tantas outras associações do concelho, e o que acontece é que agora que as esplanadas podem estar a funcionar seria de esperar que fosse possível desenvolver a sua atividade na área da restauração e dos serviços que lá presta, mas vê-se coartada nessa sua capacidade. Assim, questionou se já tinha ou não havido algum contacto com esta Associação e o que

é que está a ser pensado para mitigar esta mesma situação, até porque os trabalhos, como se sabe, irão perdurar no tempo, cumprindo aquele que é o programa de trabalho da obra, daí que pense que é importante acautelar e mitigar estas questões.

Relativamente ao espaço para a prática de ténis na Baixa da Banheira, que está concessionado a uma associação, em que existe um protocolo, e essa associação investiu na manutenção através de pavimentos novos, atraiu novos praticantes para a modalidade, deu uma nova vida àquele espaço, mas o que agora se verifica é que o excesso de água motivado pela rega, no espaço verde envolvente, acaba por ir para os campos, o que os danifica. Tem conhecimento que essa associação, por diversas vezes, já propôs ao Sr. Vereador Daniel Figueiredo a alteração do período da rega ou que fossem encontradas soluções alternativas, soluções essas que, até ao momento, não mereceram resposta, continuando a situação, exatamente, na mesma e como todos sabem o que custa fazer, todos sabem o que custa manter, pensa que é importante preservarem aquilo que já está feito para não onerar e para não serem os causadores de estragos desnecessários em equipamentos que são da Câmara Municipal.

Por último, disse que ficou satisfeito por os números estarem a baixar, e acha que todos devem ficar satisfeitos com essa realidade, mas sugeriu que, sempre que se verifiquem situações que possam não condizer com aquelas que são as melhores práticas, ou seja, que a população está a mostrar alguma resistência no cumprimento das medidas sugeridas pela DGS para combater o vírus, se possam desenvolver campanhas de sensibilização e contribuir positivamente para esse esforço, que é coletivo, e ajudarem também os comerciantes e os espaços de restauração no trabalho meritório que desenvolvem.

Sr. Presidente – Em relação ao 25 de Abril disse que a situação que se vive, naturalmente, impede que as comemorações no concelho, quer as de iniciativa diretamente municipal, quer muitas outras que ocorrem nesta altura, com todo o tecido social e associativo, quase nada se pode realizar nos moldes habituais, no entanto, considera que é indispensável continuar a assinalar o 25 de Abril, naturalmente, fazendo-o na forma adequada às limitações que estão estabelecidas e, nesse sentido, os três aspetos mais destacados serão, por um lado, as iniciativas online que estão a ser divulgadas e promovidas, porque nas circunstâncias atuais são aquilo que não suscita limitações por via da pandemia, por outro lado, no dia 25 vão ter um camião com artistas locais que vai percorrer todo o território do concelho, trazendo alguma animação às ruas e dando também oportunidade aos músicos e artistas locais de se envolverem, de participarem e de terem alguma atividade. É a forma de animação possível para não criar ajuntamentos e para não criar problemas de risco sanitário, à semelhança do que tem acontecido neste último ano em diversos momentos e por todo o País, e porque pensa que não deixa de ser importante terem aquele momento mais solene, ainda que não seja esse o sentido que lhe dão, não deixa de ser um momento mais oficial, que não pode ser o desfile porque não vai haver, evidentemente, condições para que exista um desfile, porque se entende que não se pode garantir a segurança necessária num desfile, como tal, será enviado um convite às associações a solicitar que não se façam representar por um grupo mais alargado, como é habitual, mas sim apenas por 1 ou 2 pessoas e de, uma forma estática, se juntem na Praça da República na manhã do dia 25 de Abril, pelas 10h30m, para que se assinale um pequeno momento com a atuação das bandas e com algumas palavras e, sobretudo, com a presença de todos a reforçar a sua vinculação aos valores do 25 de Abril e àquilo que de fundamental representa. Naturalmente, como sempre, serão convidados todos os eleitos dos órgãos municipais e das freguesias, e também à semelhança do que é habitual, todo o movimento associativo, mas desta vez com esta restrição ao número de presenças, sendo que feitos os cálculos, pensam que se sentarão ali, em segurança, cerca de 150 pessoas, o que lhes parece um número aceitável.

Sobre a visita à capela da Misericórdia, que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, disse que o Presidente da Câmara se desloca, e deslocar-se-á, a todos os locais que entender, acompanhado por quem desejar fazer-se acompanhar, e não estão em tempos de excursões, pelo que não devem contar com o Presidente da Câmara para os levar a todos, em excursões. A obra, ainda, não está concluída, foi só concluída a parte da intervenção na nave, na azulejaria e no pavimento, e está a decorrer, segundo as informações que tem, a intervenção de restauro do altar, que é uma intervenção

morosa e, em certa medida, mais complicada porque é uma intervenção mais de filigrana. No final das obras, com certeza, porque é do interesse de toda a gente e a Misericórdia tem esse interesse como é evidente, haverá uma apresentação pública e uma inauguração daquela importante intervenção, há tantos anos ansiada, e nessa altura todos os que quiserem poderão estar, eleitos, não eleitos, população em geral e todos os envolvidos. Até lá, sugeriu, porque estão no seu direito, que contactassem a Misericórdia a dizer que gostavam de ir visitar, porque aquilo não é da Câmara Municipal e para todos os efeitos, enquanto Presidente da Câmara Municipal, não manda lá nada, é uma propriedade particular, uma obra particular que a Câmara apoia, como apoia tantas outras e como é sua obrigação apoiar, mas não deixa de ser uma obra particular, pelo que sugeriu que contactassem com o proprietário.

Sobre as obras que estão a decorrer no cais de Alhos Vedros e no palacete, disse que aquilo que é propriedade municipal é o edifício, que na realidade são quase 2 edifícios geminados, o acesso através do portão que separa o edifício do palacete do edifício da fábrica e um corredor, nas traseiras, que vem até à via pública. Esse espaço está assegurado, está a ser feito em articulação e com autorização da Câmara, para que se alcance o objetivo que lhes parece acertado, que é libertar e abrir aquele espaço. Pensa que todos concordam que Alhos Vedros tem demasiados muros, e quantos menos muros melhor, abrindo o espaço, substituindo aquele por uma vedação mais moderna e mais adequada, que é necessária para garantir a segurança das instalações particulares que ali estão, mas também a segurança do próprio palacete. O portão de acesso é algo que só depois das obras e da recuperação é que irão equacionar como o abrir e em que condições, mas enquanto decorrer a obra e a intervenção manter-se-á encerrado, aliás, porque aquele espaço é necessário como apoio às próprias obras e para a movimentação que se faz em torno do palacete, que não tem muito espaço à volta.

Relativamente ao questionado sobre os “Amigos do Mar”, disse que se trata de uma questão que se coloca em todas as intervenções, coloca-se na avenida 1º de Maio, colocou-se na Rua Egas Moniz e coloca-se em qualquer rua, em qualquer cidade, em qualquer ponto do mundo onde se fazem obras na via pública que, durante um tempo, quem ali residir ou tiver o seu comércio, tem condições limitadas, e aquilo que fazem, sempre, dentro das limitações, não impedindo que a obra decorra, é encontrar alternativas. Sobre os “Amigos do Mar” terem essa preocupação, e também já falaram com o Sr. Vice-Presidente, disse que isso será articulado com as obras, mas há coisas, como é evidente, que são o que são, têm impactos, têm limitações ao acesso, têm pó e barulho, e vão ter durante mais alguns meses até a obra estar concluída, como todos os outros comerciantes e moradores de zonas do concelho que, neste momento, estão em obras, ou que estiveram antes. As pessoas têm que contribuir para se adaptarem, encontrarem algumas soluções e terem a perceção, sendo que algumas não têm, mas a generalidade das pessoas têm, que aquilo que se pede é um sacrifício durante alguns meses para que se tenha um benefício durante muitos anos. A troca que se pede ali é essa, que durante 3 ou 4 meses haja um sacrifício, mas depois, durante 10, 15 ou 20 anos, até que haja uma outra obra, têm um espaço melhorado, têm condições para desenvolver os seus projetos e atividades, portanto, no geral, têm melhores condições, e é uma troca não só justa como necessária.

No que concerne às árvores disse que o que está perspectivado é transplantar as oliveiras que, por força da obra, não podem ficar no mesmo sítio, e que não se pretende mexer no resto, que se vai manter, porque não é afetado e até que aquela zona tenha uma outra intervenção no futuro ficam tal como estão hoje.

Sobre o ponto de situação do Covid disse que tinham todos muita esperança, como é evidente, mas continuam a viver tempos de muita incerteza, nada é garantido e os passos que se vão dando não garantem que, em determinado momento, não sejam noutra sentida. Já viveram isto durante o ano passado, e no final do ano com grande intensidade, com as coisas a agravarem-se para além daquilo que, provavelmente, estava na expectativa da generalidade das pessoas, e agora, tendo a esperança que as coisas, no geral, em todo o País, estão muito melhor do que há 2 meses atrás, no concelho igualmente, que os números diários são incomparáveis com a centena que quase tiveram em média durante parte de janeiro e fevereiro, e tudo isso são bons sinais que lhes dão a tal esperança. A vacinação está a avançar, apesar de todos os problemas que se conhecem, ainda assim, está a

avançar, e isso é fundamental e também dá esperança, mas existem outras coisas que dão algum temor, porque olha-se para a Europa e ouve-se falar da 4ª vaga e em vários países a recuar nas medidas de desconfinamento, olha-se para outros pontos do mundo, para o Brasil e para a Índia, entre outros, e ve-se uma situação a atingir a calamidade, portanto, isto significa que não podem estar tranquilos e que nada disto é seguro. É a realidade ao dia de hoje e vão fazer o possível, e o que estiver ao alcance, para que essa realidade se consolide, mas há muita coisa que está fora do alcance de todos e não podem fazer mais do que aquilo que é o seu papel e a sua obrigação.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Albino, e como pensa que saberá, é impossível, mesmo para alguém que tem uma excelente cabeça e uma excelente memória, como é o seu próprio caso, não se recorda da situação perante as centenas que passam pela sua mesa, anualmente, e só perante uma consulta ao processo é que é possível verificar o que aconteceu.

Quanto aos campos de ténis, na Baixa da Banheira, disse que já houve conversas com o Sr. Vice-Presidente e com a gestão dos espaços verdes, mas nem tudo tem as soluções que parecem óbvias e se, por um lado, evidentemente, há da parte do clube interesse em preservar o seu espaço, todos sabem que é indispensável manter a conservação do espaço verde envolvente e isso envolverá sempre rega, água e alguma escorrência, no entanto, com certeza, hão de ser encontradas as soluções que mitiguem o problema sem causar outros maiores.

Por último disse que o Sr. Vice-Presidente iria apresentar um Voto de Pesar, por alguém que lhe diz respeito diretamente, por esse motivo ir-se-ia ausentar da sala.

O Voto de Pesar abaixo transcrito foi apresentado pelo Sr. Vice-Presidente Daniel Figueiredo.

### **Voto de Pesar**

“Guilhermino Lopes Garcia, nasceu no Barreiro em 1929 e desde cedo se destaca a sua intervenção contra o fascismo.

Em 1945 já com residência na Baixa da Banheira, aprende esperanto, numa escola que funciona na sua própria casa.

Em 1946/47, adere ao MUD e posteriormente ao PCP, tendo participado ativamente na campanha eleitoral de apoio à candidatura do General Norton de Matos.

Na clandestinidade fruto da sua tarefa, fica conhecido como “Mota”, uma vez que se deslocava na sua mota entre toda a zona sul.

Após o 25 de Abril é eleito em 1976 para a Assembleia Municipal da Moita e em 1983 é eleito Vereador da Câmara Municipal da Moita. Em 1986 torna-se elemento da Assembleia Municipal, finalizando o seu percurso de autarca posteriormente como membro do Executivo da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira.

Como Associativista a sua vida fica ligada ao Ginásio Atlético Clube. Em 75 anos de sócio foi bibliotecário, seccionista na Comissão Cultural, participou em todos os órgãos sociais.

Guilhermino Garcia foi um exemplo de homem, de presença, firmeza e dedicação, associativista e político, contribuindo de uma forma determinante para a vida e desenvolvimento da sua Vila e do seu Concelho.

A Câmara Municipal da Moita, reunida em 14 de abril, expressa o mais profundo pesar pelo seu falecimento e à sua família e amigos apresenta as mais sentidas condolências.”



Após a apresentação do Voto de Pesar foi o mesmo colocado à discussão, não havendo mais intervenções foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara não participou nesta votação por ser seu familiar direto.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Pediu a palavra para que ficasse esclarecida a questão da visita, porque não pretendia que organizassem uma excursão com o Sr. Presidente à frente e os vereadores todos atrás, longe de si, até estava a evitar esse aluguer de autocarro, mas não há dúvida que quando viu a notícia que tinha havido uma visita do Sr. Presidente e outros vereadores, e o Sr. Presidente está no seu direito e até podia ir sozinho ou acompanhado por uma série de gente porque nada tem a ver com isso, mas enquanto vereador, porque nas reuniões também se pronunciam sobre determinadas obras, também votam subsídios de apoio às mesmas, portanto, participam nisso com todo o gosto e não regateiam nada, pensa que era lógico, num ambiente de cordialidade, serem convidados a ver o desenvolvimento da obra. Mas, atendendo à forma como o Sr. Presidente colocou a questão, é claro que se sente na liberdade, enquanto vereador, porque enquanto munícipe Joaquim Raminhos não iria perguntar à Mesa da Misericórdia se lhe permite ir ver como está a obra, porque há outro tipo de relação, mas enquanto vereador pensa que também tem alguma relação com aquela obra, apesar de ser uma entidade privada, porque apesar de ser uma entidade privada merece o respeito de todos pela sua ação social no concelho, daí os subsídios que, ao longo dos anos, têm aprovado, e porque a visita era num sentido de uma relação de cordialidade e nada mais, não irá fazer mais esgrima sobre essa visita e decidirá se vai remeter, por escrito, à Misericórdia.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse que subscrevia na íntegra aquilo que o Vereador Joaquim Raminhos acabou de afirmar porque é evidente que todos têm, enquanto cidadãos, as suas relações, os seus gostos pessoais, uns mais para o desporto, outros mais para a tauromaquia, outros mais para as artes, e gostarão sempre, sobretudo no que respeita ao património histórico que existe no município, que este seja valorizado, reabilitado e que fique disponível, de cara lavada e bem tratado para todos poderem compreender o espaço em que estão inseridos, para compreenderem a terra em que vivem e as tradições da cultura local. Percebe, perfeitamente, que o Sr. Presidente tem todo o direito de se fazer acompanhar por quem quer, é óbvio que tem esse direito, mas fazer uma visita que depois é colocada nos meios de comunicação do município, nos jornais, e quem a produziu teve o cuidado de dizer “alguns vereadores”, porque muitas vezes é “os vereadores”, desta vez, modéstia à parte, talvez por alguns reparos anteriores que tenha vindo a fazer nesta Câmara, a redação do texto foi “alguns vereadores” e a questão que se coloca é o porquê de serem só alguns, uma vez que são 9, não são assim tantos e a partir de segunda-feira são mais 3 do que aquilo que é permitido numa mesa de café, e num espaço aberto como é a Capela dava perfeitamente para estarem lá todos.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que gostava de acrescentar, embora corrobore o que o Srs. Vereadores Luís Chula e Joaquim Raminhos acabaram de dizer, o seu lamento por, já depois do que se passou o ano passado no âmbito das comemorações do 25 de Abril, embora agradeça que lhes tenha, aqui, sido dado conhecimento de como iriam proceder no desenvolvimento de iniciativas nesse dia, ter sabido o que é que iria ser feito pela comunicação social, dada a importância do dia e do simbolismo que o mesmo decreta, gostaria de ter sido informado, não necessariamente em reunião de Câmara, bastaria um e-mail, e ter sabido em primeiro lugar pela autarquia desta iniciativa em que julga estar convidado a estar presente, e não ter sabido pela comunicação social. Na altura, disse o que tinha a dizer, escreveu sobre o tema e uma vez que se colocou aqui essa questão, acha que parecia mal deixar escapar esta oportunidade sem fazer esta referência.

Sr. Presidente – Sobre a questão das visitas, ironias e brincadeiras à parte, e tentativas desajeitadas de introduzir o humor como a “excursão”, disse que a questão é muito simples porque não têm, não o fizeram antes e não o vão fazer agora, que andar todos em grupo, e pediu que mais uma vez lhe perdoassem a tentativa de humor, mas até pode dizer que quando vir um presidente de um dos dois municípios vizinhos acompanhado e a tirar fotografias com um vereador da oposição fará o mesmo. Não há lugar a ingenuidades, nem se devem fazer de ingênuos porque as coisas são o que são, o Presidente anda e vai onde lhe apetece ir, e vai onde vai e é claro que põe na comunicação social porque é o seu papel, é para isso que existe Presidente, e o seu papel principal é esse, é mesmo andar aí e não é andar com toda a gente atrás, nem aqui nem em Freixo de Espada à Cinta. As coisas são o que são, é a vida.

Sr. Vereador Carlos Albino – Quis dar conhecimento, e é público, que em diversas iniciativas da Câmara de Almada, a Presidente da Câmara, neste caso, socialista, se faz acompanhar pelos outros vereadores que têm pelouro.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

#### 1. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM ATIVIDADE TAUROMÁQUICA

«Considerando que:

1. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, adotada pela UNESCO em 2002, vertida na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris a 20 de Outubro de 2005, na sua 33.<sup>a</sup> sessão, aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 10-A/2007 de 11 de Janeiro de 2007, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº 27-B/2007 de 16 de Março, declara no Artigo 1º que “*A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.*”
2. A Convenção Quadro do Conselho da Europa, relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de outubro de 2005, e aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 47/2008 reconhece no seu preâmbulo que “*o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem*”.
3. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32ª Conferência Geral da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em 17

de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 12/2008, de 24 de janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº 28/2008, de 26 de março, reconhece, salvaguarda e fomenta o respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem.

4. A Constituição da República Portuguesa dispõe, no artigo 73º nº1, que todos têm direito à cultura, e no seu artigo 78º, que incumbe ao Estado promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.
5. É tarefa mas também dever do poder central e local reconhecer, salvaguardar e valorizar as diferentes expressões culturais existentes por todo o País, não se confundindo tal tarefa ou dever com a criação, por parte do Estado, de novas ou diferentes manifestações culturais, proibições, nem com imposições de umas em detrimento de outras, o que lhe está proibido pelo artigo 43º da Constituição da República Portuguesa.
6. O Decreto-lei nº 23/2014, que estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística afirma, no ponto 1) e 2), do artigo 2º que a Tauromaquia é uma atividade artística.
7. O Decreto-Lei nº 89/2014 de 11 de junho afirma que “a Tauromaquia é, nas suas diversas manifestações, parte integrante do património da cultura popular portuguesa, entre as várias expressões, práticas sociais, eventos festivos e rituais que compõem a tauromaquia”.
8. De jure e de facto a Tauromaquia é indiscutivelmente, e nas suas diversas manifestações, parte integrante do património da cultura material e imaterial portuguesa, com uma história documentada que remonta, praticamente, aos inícios da nacionalidade.
9. A Tauromaquia está reconhecida no município da Moita como património cultural imaterial deste município.
10. Em particular, a Tauromaquia assume, no Município da Moita, uma muito relevante importância cultural, social e económica, manifestada sobretudo através de festividades taurinas formais e populares.
11. Esta tradição, fortemente enraizada na cultura popular da Moita, através das Festas Populares existentes no nosso concelho, muitas delas centenárias, como documentalmente comprovadas.
12. É inegável que, em 2021, as tauromaquias populares e de praça fazem parte dos costumes das gentes da Moita e integram uma missão ou a atividade relevante do movimento associativo local, constituindo uma grande manifestação de comunidade e de laços inter-pessoais e geracionais, e contribuem para a criação e manutenção de um elemento vivificador comum.
13. O município da Moita está igualmente associado aos toureiros formados na Escola de Toureio e Tauromaquia da Moita.
14. A existência de dois importantes grupos de forcados – Grupo de Forcados Amadores da Moita e Grupo de Forcados Amadores do Aposento da Moita – constitui um reforço na continuidade da prática e transmissão de uma das manifestações tauromáquicas com mais de 400 anos de história – a pega do toiro.
15. Ao longo destes anos, a Moita tem consolidado uma posição cimeira no panorama tauromáquico, detendo atualmente aquela que é conhecida como a mais importante feira taurina de Portugal, que se realiza em Setembro, aquando das Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem.

16. A importância da Tauromaquia enquanto fator essencial para a preservação patrimonial - material e imaterial - da identidade e memória coletivas da comunidade local, bem como da relevância do papel desempenhado por esta, no processo de representação, transmissão de conhecimentos, práticas e valores, são fatores determinantes para a proposta de adesão do município da Moita à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica.

A Câmara Municipal da Moita, reunida em 14 de abril de 2021 e em conformidade com o supra exposto, decide aprovar a seguinte declaração:

1. A Tauromaquia, nas suas diversas manifestações, engloba um conjunto patrimonial material e imaterial, de tradições e expressões orais, de artes do espetáculo, de práticas sociais, rituais, eventos festivos e de conhecimentos, valores e práticas que se encontram, desde há séculos, presentes e vivos no Município da Moita. Como tal, vimos propor a adesão deste Município à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica.
2. Mais se delibera remeter esta matéria para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.»

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sra. Vereadora Filomena Ventura - Disse ter ficado com a ideia que, no âmbito da seção de municípios com atividade tauromáquica, na altura em que era eleita pela Assembleia Municipal, havia uma representatividade, em cadeia ou em representação, com outros municípios de outros países no âmbito da união europeia, bem como tem ideia, se calhar erradamente, que também havia alguma representação, embora pequena, no âmbito do comité das regiões da união europeia, e gostava que lhe esclarecesse esta dúvida ainda que não tenha a ver com a proposta, porque na sua perspectiva a vai contemplar.

Sr. Presidente – Esclareceu que existiu, durante alguns anos, embora só no seu período inicial é que tenha tido alguma atividade relevante, mas depois foi enfrentando cada vez mais um abandono, ainda que não tenha sido formal, foi perdendo a sua atividade e acabou por se extinguir, uma associação denominada UNICIVITAS que associava municípios portugueses, espanhóis e também do sul de França, mas essa associação, neste momento, já não existe. Realmente, também tem ideia que houve alguma representação no comité, mas não consegue dizer, exatamente, a que nível foi.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse ter uma nota, porque era importante que fosse corrigido no texto da proposta, no ponto 14, onde refere a existência de um importante grupo de forcados e depois descreve dois.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que leu atentamente a proposta e não vê sentido na criação desta associação, até porque o Sr. Presidente, na sua apresentação, acabou por referir que “uma vez que este tema não é consensual na sociedade portuguesa” isto será um contrafogo a outros movimentos, e uma vez que também não vê um grande programa de ação da associação, apenas vai juntar os municípios e criar alguma força de afirmação desta atividade. Quando leu isto pensou logo na candidatura “Moita Património do Tejo”, embora uma coisa não tenha a ver com a outra, porque se lembra de o técnico responsável pela fundamentação da candidatura ter dito logo para não associarem touros à candidatura porque a UNESCO não ia deixar passar. Nesta altura, pensa que deviam colocar todas as energias para que a candidatura em curso, “Moita Património do Tejo”, saísse vencedora e esta associação que está a ser criada vai fazer com que a Câmara passe a ter um custo fixo, que não é pouco, 750 € e uma comparticipação de cerca de 2.000 € para fazer pagamentos a pessoal da

associação, mas quando olha para a proposta fica sem saber o que é que a associação vai fazer para já ter todos estes custos fixos, parecendo-lhe que este dinheiro seria mais bem empregue, atendendo à “Moita Património do Tejo”, reforçando o apoio às associações náuticas e comecem a criar um grande movimento em torno desta temática, porque começa-se a dispersar esforços e pensa que têm que fazer com que a candidatura saia vencedora e seja um ex-libris do concelho. Daí todas as suas apreensões com esta associação, quando já existe uma seção na Associação Nacional de Municípios que, se calhar, não tem tantos custos como esta vai ter, que não são poucos, e que, se calhar, farão o mesmo em termos de programas de atividade, porque estas atividades também têm uma vertente privada, porque as câmaras não são administradoras das praças de touros, pelo que não sabe o que é que esta associação vai fazer em prol disto. Pensa que a seção que já existe pode ser suficiente para agregar os municípios que estejam mais ligados à tauromaquia e acha que se vai criar mais um organismo que vai onerar os fundos públicos, porque estão a gastar dinheiro dos munícipes, razão pela qual fica apreensivo e o seu voto não será favorável.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Guardou-se para o fim porque já esperava esta intervenção e chegou a altura de explicar a sua posição sobre esta matéria, e é bom que as pessoas entendam que uma coisa não impede a outra, ou seja, é necessário que as pessoas percebam, por exemplo, porque é que as festas da Moita são as mais afamadas de toda a região. Os cantores que vêm às festas da Moita são do mesmo nível dos que vão às festas da Baixa da Banheira, dos que vão às festas de Corroios ou de Setúbal, o arraial é relativamente do mesmo nível, a grande diferença é que as festas da Moita duram o dia todo, porque têm as largadas de touros que atraem pessoas, ou seja, dura o dia todo e essa é uma das grandes diferenças, muito graças às regatas no Tejo, mas também graças às largadas de touros na avenida e às corridas de touros, e este fenómeno cultural que são as festas da Moita tem muito a ver com esta questão da abrangência e do olhar que têm para todas as formas culturais.

Quando se vem para uma reunião de Câmara dizer que 1.800 € por ano não é oportuno e que, se calhar, vão dar cabo da candidatura “Moita Património do Tejo” a património da UNESCO é pura loucura, e atingiram o ponto do absurdo, mas percebe a questão. Hoje em dia, existe na sociedade, uma batalha cultural se a tauromaquia deve, de facto, ser cultura ou não, ou se até deve ser proibida, porque se não for cultura trata-se de maus tratos a animais, e apesar de ser um apreciador de touradas reconhece que há maus tratos ao touro, e é um ato cultural. Dentro desta batalha que existe, aceita perfeitamente que as pessoas tenham opiniões diferentes da sua e que lhe digam abertamente que não consideram cultura e como tal não devia existir e devia ser proibido, porque as pessoas são livres de ter a sua opinião e, ao contrário de outros, nem sequer fica ofendido, é mais normal ficarem as outras pessoas ofendidas consigo quando diz que é cultura e que acha que deve existir, porque tem a capacidade de nunca se ofender com ninguém. A partir do momento em que consideram que é cultura, naturalmente, não se põe em causa o acabar, não se põe em causa o não existir.

Esta associação entre municípios tem, de facto, como um dos seus principais objetivos, fazer um fogo positivo, ou negativo conforme lhe queiram chamar, em relação aos movimentos anti taurinos e anti touradas que surgem, portanto, é um objetivo claro e é óbvio que uma associação deste género tenha esse objetivo, e na sua opinião, independentemente de gostar ou não gostar de touradas, devem sempre saber separar essas coisas. É vereador com assento no Conselho Municipal Taurino e caso não gostasse de touradas agiria, exatamente, da mesma maneira enquanto a lei disser que as touradas são cultura. Aqui voltam à mesma questão, porque pode não se gostar da lei, mas se está na lei cumpre-se, e nisto é muito claro. Para além do mais, o concelho da Moita beneficia disso, beneficia economicamente disso, pelo que pode não se gostar, mas é algo que, de facto, beneficia o concelho, que é conhecido em Portugal e no estrangeiro, como há pouco foi referido porque dizia um importante grupo de forcados e são dois, uma vez que os forcados da Moita já estiveram no estrangeiro, já pegaram touros em pontas em Espanha, no México, e isso leva o município, portanto, toda a tauromaquia é uma forma de promoção do município.

Quando algum matador de touros toma a alternativa, ou seja, faz as provas e passa a profissional, é costume a Câmara oferecer o capote de passagem, não é o capote para tourear, é o capote com que

fazem as cortesias, o passeio, em Espanha e no México, principalmente, passam durante o dia por várias ruas da cidade com o capote de passeio, e fazem-no porque aquele capote de passeio com a Nossa Senhora da Boa Viagem bordada, que é o habitual, é uma forma de promoção do município, é uma forma de apoiar todas as atividades económicas, todo o crescimento económico, toda a implantação enquanto concelho numa determinada localização, portanto, nem faria sentido criar esta Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica sem que o município da Moita pertencesse. Não faria sentido nenhum porque são da Moita e, naturalmente, a Moita são os barcos do Tejo, a forma de construir barcos, a fauna, a forma como veem os pássaros junto ao Tejo, o comércio, as empresas, o povo, mas também são as suas raízes e a tauromaquia. Goste-se ou não é assim e, naturalmente, vai votar a favor.

Sr. Presidente – Para complementar, disse que não tinha opinião em relação à tauromaquia como não tem em relação a qualquer outra coisa em que haja expressões culturais ou tradições culturais concorrentes ou competidoras entre si. Qualquer comunidade tem diversas manifestações, umas mais identitárias, outras mais importadas, outras mais recentes, outras mais antigas, mas que não competem entre si, pelo que não concorda com a visão, que não é exclusiva do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, aliás, pensa que é bastante caracterizadora dos adversários da tauromaquia, de que a tauromaquia é um obstáculo a qualquer outra coisa, ou que se há tauromaquia não há outras coisas, nada disso. A tauromaquia existe, tem o seu público, e na sua opinião existirá, e deve continuar a existir, enquanto tiver público, se um dia deixar de o ter deixa de existir, e quanto a si não vem mal ao mundo nem deixa de vir, é a evolução natural das coisas se for esse o sentido, mas hoje tem público, tem expressão e tem atividade. Como disse na sua intervenção inicial, uma parte muito importante do território do concelho, mais de metade, tem atividades tauromáquicas regulares, tem grupos associativos de diversa natureza envolvidos em atividades tauromáquicas, e tem várias manifestações de expressão cultural e artística associadas a esta atividade e isso não faz nenhum obstáculo, nem nenhuma sombra, a que o concelho da Moita e toda a região se caracterizem pela sua ligação ao rio, que tenha nos barcos a sua expressão cultural, se calhar, mais evidente, nem é obstáculo, como se tem demonstrado, a que haja uma aposta da Câmara Municipal da Moita no sentido fazer a promoção do seu território, essencialmente, na base da sua ligação ao rio. Tem sido esse o percurso, sem que para isso precisem tornar-se adversários da tauromaquia, mas, de facto, aquele é o emblema que escolheram, aliás, não só de agora, porque há mais de 30 anos quando foi escolhido o primeiro logotipo do município foi escolhido um barco, não foi escolhido um touro, o “Bem-estar à beira Tejo”. Desde os anos oitenta que já lá têm um barco, pelo que uma coisa não é obstáculo para a outra, e pelas razões que enunciou inicialmente e que outros vereadores focaram, pensa que se justifica esta adesão a esta associação que não é mais do que o reconhecimento de uma realidade objetiva que é o facto da tauromaquia existir no concelho da Moita. Há os que gostam e os que não gostam, mas ela está cá, existe, tem uma expressão importante, tem uma adesão bastante significativa e não podem ser alheios a isso.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Esteve a ouvir atentamente as intervenções e queria clarificar, uma vez que o Sr. Vereador Luís Nascimento já estava a dizer que o que ele tinha dito era loucura, mas isso faz parte do espetáculo, o que disse, perante esta proposta, foi que já existem organismos, como o próprio Conselho do qual o Sr. Vereador Luís Nascimento até faz parte, não disse para se acabar com qualquer organismo que faça o trabalho de ligação da autarquia, em território, onde existe esta atividade. Falou na parte onerosa porque se prevê o pagamento a pessoas que ainda não existem, aliás, a associação ainda não foi constituída, mas já está previsto o pagamento a pessoal e ainda não há plano de atividades, no entanto, as associações do concelho, para pedirem subsídios, têm de dizer o que vão fazer e estabelecem um contrato-programa e aqui estão um bocadinho a jogar no escuro, mas faz parte do processo e apenas quis clarificar que referiu que já existem órgãos, não que eles deviam acabar.

Este tema, como o Sr. Presidente disse, é um tema que vai durar e está esperançado que o seu neto e os filhos dos seus netos, certamente, irão tratar deste assunto à sua maneira, vão olhar para trás e ver como é que os seus avós trataram este tema e, se calhar, vão tratar de outra maneira, ou não, e é por isso que está tranquilo com o tema e não tem outra pretensão. Acrescentou que tenta sempre ouvir os outros, respeitar as pessoas, exige ser respeitado e nunca viram qualquer agressividade da sua parte. Isto é uma coisa que faz parte da vivência de todos e não é carregar num botão e as coisas acabarem de um momento para o outro, isto vai com o tempo, portanto, só se referiu ao sentido de criação desta associação, que lhe parece algo artificial. Foi isso que sentiu, e apenas quis esclarecer que não teve o sentido de arrasar todos os organismos que existem e que funcionam, e foi só isso.

Sr. Presidente - Sobre a questão do valor disse que serão muito poucas as associações de municípios, ou mesmo de pessoas, em que a adesão não implique o pagamento de uma quota, e é disso que se trata aqui, não é um subsídio, é um valor, uma quota anual, para além da joia de admissão, e esses valores, como em qualquer outra associação visam, exatamente, suportar as despesas de funcionamento, que aqui estão incertas e não se prevê que sejam muito elevadas, até porque também não se prevê que o número de adesão de municípios se transforme numa coisa gigantesca, não serão, seguramente, 300 municípios, nem nada que se pareça, e a multiplicar por 1.800 € por ano não será por aqui que vai fazer um cúmulo muito significativo, é apenas para garantir as despesas de funcionamento que, numa coisa destas, sempre existirão, nem que seja manter um domicílio fiscal, tratar do expediente e ter alguém que faça esse trabalho, o que só por si, justifica despesas de funcionamento.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com um voto contra do BE.

Submeter à Assembleia Municipal

Pela Sr<sup>a</sup>. Vereadora Filomena Ventura foi apresentada a Declaração de Voto que a abaixo se transcreve.

### **Declaração de Voto**

“A minha votação nesta proposta de adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Atividade Tauromáquica foi uma votação em consciência, sabendo à partida que, nestes quase cinquenta anos que levo como munícipe da Moita, tive oportunidade quando cheguei que me respondessem à grande maioria, senão mesmo à totalidade das questões colocadas sobre a tauromaquia. Tenho, porém, a consciência que é uma dualidade entre a racionalidade e a emotividade, mas, nestes casos, a emotividade ganhou, porque é uma questão de consciência.”

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sra. Vereadora Vivina Nunes.

## **2. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021**

“O atual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e competências dos serviços, nestes termos foi em reunião realizada em 23 de Novembro de 2020, deliberado pelo executivo Camarário, aprovar a

proposta de mapa de pessoal para o ano de 2021, posteriormente aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada em 03 de dezembro de 2020.

Informam os serviços que, tendo em conta o conjunto de tarefas técnico/administrativas realizadas pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos nas suas variadas vertentes, torna urgente dotar este departamento de pessoal técnico superior, por forma a dar cumprimento às competências e atribuições do Município na respetiva área, considerando designadamente o grande volume de trabalho existente.

Assim, de forma a garantir em permanência o bom funcionamento dos serviços do referido Departamento, propõe-se a criação de 1 lugar de Técnico Superior, Organização e Gestão de Empresas, a incluir no Mapa de Pessoal de 2021.

Nestes termos, submeto a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal a aprovação da Câmara Municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal, para deliberação nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Carlos Albino - Perguntou, face a esta alteração, se a seguir vai ou não ser aberto concurso de admissão, bem como qual o ponto de situação do concurso de admissão de um veterinário, porque já está a decorrer há algum tempo.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que ainda têm em vigor o concurso de técnico superior de organização e gestão de empresas, pelo que a criação deste lugar permitirá chamar o que ficou imediatamente a seguir. Em relação ao concurso para o veterinário disse que está na fase conclusiva, já foram feitos os testes psicológicos e está, praticamente, no seu término.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

Submeter à Assembleia Municipal.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

### 3. SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE

“Após mais de duas décadas sobre a aprovação da legislação que “regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade”, a mesma não veio a concretizar-se por ausência da regulamentação das condições de atribuição do suplemento remuneratório por trabalho nas situações de salubridade e Insalubridade. Vem finalmente a Lei do Orçamento de Estado para 2021 (LOE) - Lei n.º75-B/2020, de 31 de dezembro-, no seu art.º 24.º, prever as condições de atribuição do referido suplemento remuneratório.

Prevê assim o artigo 24.º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, LOE para 2021, a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de



assistente operacional, cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade no que respeita às áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde e nível de insalubridade e penosidade reconhecido.

O suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade é atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado em que o trabalhador esteja sujeito às referidas condições.

Nos termos do nº 3 do art.º 24º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, foi elaborado respetivo parecer técnico pelo Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, que se junta e desta faz parte integrante.

Dando igualmente cumprimento ao nº3 do art.º 24º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, foram ouvidos os representantes dos trabalhadores que deram parecer favorável a atribuição do presente suplemento.

Refere, no entanto, o STAL no seu parecer que o suplemento de penosidade e insalubridade inscrito na LOE 2021 não corresponde às necessidades reais dos trabalhadores da Administração Local, e que a sua aplicação merece ser alargada a mais trabalhadores, nomeadamente, aos que exercem funções de jardinagem, auxiliares de limpeza, entre outros, pela natureza do seu trabalho e pelo contexto em que são desempenhadas, como por exemplo, exposição ao calor, frio e chuva.

A Câmara Municipal acompanha e concorda com o parecer do STAL, reconhecendo como muito positiva a consagração legal deste regime, no entanto este fica muito aquém, uma vez que existem trabalhadores de outras áreas que deveriam ser atingidos, nomeadamente os já referidos, assim como, calceteiros, asfaltadores entre outros, que também contribuem para a prestação de serviços públicos essenciais à população, e cujas funções também são penosas e insalubres, e das quais resulta uma sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesões ou risco de degradação do estado de saúde.

Desta feita, nos termos do determinado, nos artigos 159º nº 6 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o art.º 24 do da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2021, propõe-se que seja proferida decisão favorável à atribuição do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que ocupam no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, a categoria de assistente operacional e exercem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas.

Propõe-se ainda, nos termos do nº 2 do art.º 24º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, classificar como alto, o nível de insalubridade ou penosidade a que os trabalhadores pertencentes às categorias acima referidas estão expostos, aos quais será abonada a importância diária de € 4,99 (quatro euros e noventa e nove cêntimos).

O valor identificado anteriormente resulta da interpretação conjugada do art.º 24º da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro, com o ponto 9, da informação DGAL, subscrita em pela Sr.ª Diretora Geral em 15.02.2021.

Na prática o valor encontrado resulta da necessidade de garantir que o valor do suplemento previsto para o nível alto não seja, em nenhuma circunstância, inferior para o nível médio (€ 4,09), bem como manter a proporção de variação entre níveis, assim, o valor mínimo a abonar por cada dia de trabalho

efetivamente prestado terá que corresponder a 15%, da remuneração base diária do nível 11 da tabela remuneratória única, salvo se resultar valor superior da aplicação do disposto no citado artigo.

Estima-se que sejam abrangidos com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade cerca de 135 trabalhadores do Município, de que resulta um encargo anual estimado em € 155.000, que se encontra coberto pelas respetivas rubricas orçamentais, pelo que, com observância das demais regras legais invocadas, submeto a presente a aprovação.

Que a atribuição do referido suplemento remuneratório produza efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021, data da entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2021 em consonância com o disposto no art.º 156º, nº 2, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Carlos Albino – Quis saudar a proposta que aqui está a ser votada, embora falte, como foi referido, a componente do risco, diploma que continuará a ser estudado, que será apreciado em sede da Assembleia da República e que esperam que, tão breve quanto possível, também possa ser regulamentado, mas quis saudar este que é um primeiro passo, um primeiro grande passo, para os trabalhadores da autarquia, bem como saudar a Câmara Municipal que foi de encontro àquelas que eram as preocupações do Partido Socialista na proposta que entregou na Câmara Municipal que, tão somente, dizia que dentro daquilo que fosse possível e atendendo às soluções, sempre que possível, se atribuísse o grau mais elevado, e por isso acha que é importante destacar este encontro de posições. Teve oportunidade de ler a proposta, que fala apenas num dos sindicatos da função pública, porque não consta o SINTAP, mas sabe que o processo foi entregue em mão ao SINTAP e que este pediu duas reuniões em janeiro, às quais não obteve resposta, pelo que queria saber o motivo porque, apesar de todos terem conhecimento do impedimento do Sr. Presidente durante o mês de janeiro, já estão em abril e de lá para cá passou muito tempo e nada impedia que outro vereador pudesse receber, neste caso, o SINTAP para os ouvir.

Sra. Vereadora Filomena Ventura - Sobre esta atribuição disse que não ia discorrer mais, uma vez que tem orgulho no seu passado de dez anos de pertença ao Conselho Nacional da CGTP e também à comissão coordenadora nacional da corrente sindical socialista da CGTP, porém, se lhe permitissem, queria fazer uma chamada de atenção porque na informação-parecer dada pelos serviços de higiene e segurança no trabalho, na página 1, está a identificação dos trabalhadores do mapa de pessoal e, certamente por lapso, o ponto 4 fala dos assistentes operacionais que estão ligados ao Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes Barreiro Moita que, em novembro, foi dissolvido, aliás, no mapa de pessoal para 2021, que aprovaram por maioria, já não consta esta categoria, pelo que solicitou que a proposta fosse verificada e perguntou, uma vez que os sindicatos das duas centrais sindicais remetem para o alargamento e abrangência de trabalhadores a receberem este suplemento, que, obviamente, terá que ser refletido num contrato de empregador público, se a comissão sindical prevê a abertura de renegociações para se poder abranger, em conformidade com a intervenção do Sr. Presidente, mais trabalhadores, e também de acordo com a intervenção do Sr. Vereador Carlos Albino no âmbito do parecer que foi pedido ao SINTAP.

Sr. Vereador Luís Chula – Pediu a palavra só para referir uma situação que é importante que fique bem explanada na proposta, porque na página 2, 3º parágrafo a contar do fim, onde diz na 2ª linha “da informação subscrita em”, depois não tem a data, pelo que solicitou essa correção.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Disse que apenas queria exprimir a sua satisfação por esta proposta, valorizar e saudar a forma como foi construída pela Sra. Vereadora Vivina Nunes e pelo Sr. Presidente, de acordo com todas as regras, com tempo, com retroatividade, com a garantia que os trabalhadores vão receber desde janeiro, de acordo com aquela que é a posição dos próprios sindicatos em relação a esta matéria. Disse, também, que esta proposta tem 20 anos de atraso e isto custa a todos, são 20 anos em que os trabalhadores da Câmara andaram não só em risco, mas também pela penosidade e insalubridade, 20 anos de luta em que as propostas foram, constantemente, rejeitadas na Assembleia da República e agora, finalmente, ao fim deste tempo, não estando de acordo com aquela que era a raiz e a matriz da proposta inicial dos sindicatos, mas de qualquer modo quis saudá-la e parabenizar os trabalhadores pelo esforço que fazem e têm feito ao longo destes anos, por ser, finalmente, reposta alguma seriedade e alguma justiça no desempenho da sua função. Também subscreve totalmente aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente de que é necessário que tudo seja revisto e sejam repostas as carreiras funcionais que lhes parecem importantes, bem como que o SIADAP, nos moldes em que está, seja revisto ou extinto, porque não serve os interesses dos trabalhadores.

Sr. Presidente – Relativamente à questão colocada disse que reuniu com o SINTAP da mesma maneira que reuniu com o STAL, convocando os seus delegados sindicais na Câmara Municipal, porque é com esses que tem que falar, embora não recuse, naturalmente, receber mais alguém, mas, na altura, que o pedido foi feito houve duas circunstâncias, por um lado não tinham ainda, verdadeiramente, matéria para debate, porque estava a começar a ser preparada esta avaliação, e por outro, porque, entretanto, ficou doente, mas quando regressou, o trabalho foi feito, reuniu e o SINTAP apresentou a sua sugestão. Relativamente ao ACEP disse que esta não é uma matéria de ACEP, não encontram nada na lei que o diga, uma vez que as matérias passíveis de regular em ACEP estão vertidas na lei, portanto, esta é uma matéria que é implementada por decisão dos municípios, ouvidos os sindicatos, é isso que diz e é isso que é feito. Têm um ACEP o mais abrangente possível e, se esta matéria vier, no futuro, a estar no âmbito daquilo que é a negociação coletiva, naturalmente, também irão por aí, neste momento, não está nesse âmbito.

Quanto à questão colocada sobre a Quinta do Mião disse que iam verificar, mas pensa que, apesar da associação não existir, uma vez que os trabalhadores a ela afetos nunca foram trabalhadores da associação, sempre foram trabalhadores do município colocados naquele serviço, todavia, irá ser verificado para estar rigoroso e não dar margem a quaisquer dúvidas.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Pelo Sr. Vereador Carlos Albino foi apresentada a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

### **Declaração de Voto**

“Quero aqui dizer que votei esta proposta favoravelmente porque a mesma cumpre os pressupostos que o Partido Socialista, atempadamente, em fevereiro deste mesmo ano, e que estavam presentes na proposta que apresentou, quer a componente de passar a atribuir estes montantes a partir do dia 1 de janeiro, bem como, sempre que possível, mediante as atividades, atribuir o montante mais elevado.”

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

## Declaração de Voto

“O voto favorável da CDU à implementação, na Câmara Municipal da Moita, do suplemento de pensosidade e insalubridade traduz a defesa que há muito fazemos da necessidade de valorizar os trabalhadores da administração, reconhecer e compensar as condições de dificuldade e risco que muitas das profissões e tarefas desempenhadas envolvem. Destacamos a importância da luta dos trabalhadores e das suas organizações sindicais de classe na defesa deste suplemento que acabou por derrubar uma resistência de 20 anos de sucessivos governos e maiorias na Assembleia da República. Vemos, no entanto, que a forma limitada com que este subsídio foi aprovado merece o nosso desacordo, porque foram apresentadas na Assembleia da República propostas mais abrangentes, e o reduzido número de funções abrangidas, sendo mais que justo e merecido, é insuficiente face à diversidade de outras funções que revelam igualmente pensosidade e insalubridade, particularmente, significa que é condenável o facto de ter sido retirado, pela maioria PS e PSD, na Assembleia da República o fator risco na atribuição dos suplementos.

Importa, igualmente, reafirmar a necessidade de tomar as medidas justas e necessárias de valorização dos trabalhadores da administração pública. Não pode aceitar-se que esta medida, que chega com muito atraso face aos sucessivos adiamentos governamentais à sua implementação, seja agora usada para camuflar os problemas que se acentuam na administração pública, salários reais que se degradam, sistema de carreiras destruído em 2008/2009, conseqüente necessidade de mecanismos justos de valorização profissional e salarial, sistema de avaliação desadequado que visa apenas impor travões à promoção salarial.

Consideramos que, sendo justo e merecido, é, no entanto, insuficiente.

A Câmara Municipal, dando cumprimento ao seu compromisso de defender os trabalhadores, alargou o mais que pode, em face da lei, a atribuição do suplemento de pensosidade e insalubridade, mas não deixaremos de continuar a defender a urgência da valorização profissional e salarial dos trabalhadores da administração local e da administração pública em geral.”

#### 4. 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“Na sequência da 2.ª alteração ao orçamento e GOP para 2021, foi agora efetuada a correção técnica, mencionada na proposta anterior e que garante as necessárias dotações das rubricas identificadas nos mapas em anexo.

Também na sequência da aprovação da candidatura submetida ao POR Lisboa para a Melhoria da Eficiência Energética na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, cujo despesa onera a rubrica a rubrica orçamental 04/0711532 - Ações de eficiência energética, sendo o investimento elegível a realizar em 2021 e 2022 financiado a 40% pelo FEDER, foi adequada a dotação orçamental para 2021 e 2022.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento e GOP na importância global de €1.677.500 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente Daniel Figueiredo.

**5. FIXAÇÃO DE PREÇOS PARA EDIÇÕES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO – MOITA PATRIMÓNIO (3.ª EDIÇÃO)**

“Almejando princípios de divulgação e valorização dos bens documentais promovidos pela autarquia, as publicações municipais de índole cultural e patrimonial, em suporte papel, têm sido objeto de ampla distribuição gratuita, junto dos cidadãos presentes nos eventos das respetivas apresentações públicas, como forma de incentivo e divulgação cultural, através de um conjunto de ofertas institucionais, dentro e fora do município, bem como, pelo acesso à consulta facultado nos repositórios privilegiados que as bibliotecas municipais, públicas e escolares, constituem.

Atendendo a que, a promoção, incentivo e divulgação deste tipo de publicações de índole cultural contribui, assim, inegavelmente para a prossecução das atribuições municipais de promoção e divulgação do património cultural e dos equipamentos culturais do Município, consignadas na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada.

Considerando que, nos termos do disposto pelas disposições ínsitas na alínea f) do artigo 14.º e n.os 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na redação atualizada, os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens, constituindo receitas municipais.

Considerando, que nos termos do disposto pela alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada compete à camara municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, entendendo-se assim no presente caso, a fixação dos preços como reportada não à prestação de serviços, mas ao fornecimento de bens em gestão direta, como referido no artigo 21.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Considerando que as edições em apreço se encontram disponíveis no posto de turismo municipal, em feiras do livro e em eventos em que a Câmara Municipal da Moita se faz representar, a autarquia tem vindo a promover a atribuição de um valor simbólico para aquisição, como medida valorativa junto do público em geral.

Atendendo a que a autarquia tem vindo a considerar como prática a atribuição de um preço de venda às edições de índole cultural e patrimonial como forma de valorizar e facilitar a distribuição e difusão das obras, procedendo assim à sua divulgação verifica-se a necessidade de apreciação das propostas de preços para cada uma das edições que resultaram da terceira edição do Programa Municipal de Apoio à Investigação e Divulgação - Moita Património.

**Gaio-Rosário: Leitura do Lugar**

Ano de edição: 2020

Custo de Impressão e Acabamento Gráfico: 4.536,80€

Tiragem: 300

Custos com pessoal:

1 Técnica superior: 40 horas = 426,80€

1 Técnico Artes Gráficas: 60 horas = 735,00€

Custo total: 5.698,60€

Custo por exemplar: 19,00€

**PATRIMÓNIO RELIGIOSO DO CONCELHO DA MOITA, PARÓQUIAS DE SÃO LOURENÇO DE ALHOS VEDROS E DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM DA MOITA, Documentos Inéditos e Outras Memórias (1575-1905)**

Ano de edição: 2020

Custo de Impressão e Acabamento Gráfico: 3.558,42€

Tiragem: 300

Custos com pessoal:

1 Técnica superior: 80 horas = 853,60€

1 Técnico Artes Gráficas: 60 horas = 735,00€

Custo total: 5.147,02€

Custo por exemplar: 17,15€

Considerando os custos apurados, propõe-se como preço de venda para a edição Gaio-Rosário: Leitura do Lugar o valor de dezanove euros, e para a edição *PATRIMÓNIO RELIGIOSO DO CONCELHO DA MOITA, PARÓQUIAS DE SÃO LOURENÇO DE ALHOS VEDROS E DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM DA MOITA, Documentos Inéditos e Outras Memórias (1575-1905)* o preço de venda no valor de dezassete euros e quinze cêntimos.

Assim, no âmbito dos desideratos da prossecução das atribuições municipais de promoção e divulgação do património cultural e dos equipamentos culturais do Município, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas e) e t) do n.º 1 do artigo 33.º, I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, e da alínea f) do artigo 14.º e n.os 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atualizada, propõe-se a aprovação e fixação do preço de venda ao público das edições associadas à terceira edição do Programa Municipal de Apoio à Investigação e Divulgação – Moita Património, nos termos explanados em IP, que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

**6. RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CONSÓRCIO, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA ESCOLHAS 8.ª GERAÇÃO - PROJETO “RITMOS V.A. 2835 - E8G”**

“O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional que tem como missão promover a integração social de crianças, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social, destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica.

Na sequência da renovação do Programa Escolhas para o período de 2021 a 2022 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020) o Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira (CRIVA) efetuou a candidatura do Projeto “RITMOS V.A. 2835 - E8G”, tendo a mesma sido aprovada.

Projeto “RITMOS V.A. 2835 - E8G” está situado no Vale da Amoreira e tem como território de implementação esta Freguesia. O projeto encontra-se estruturado em duas áreas estratégicas de intervenção: medida I – Educação, Formação e Qualificação e medida III – Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania. O objetivo geral do projeto é a promoção da inclusão social, escolar, digital e a participação cívica e política das crianças e jovens no território do Vale da Amoreira. Propõe abranger 60 crianças e jovens entre os 11 e os 25 anos de idade, durante os dois anos de acompanhamento.

Uma vez aprovada a candidatura, submete-se o respetivo Acordo de Consórcio para ratificação da Câmara Municipal.

Em anexo:  
Acordo de Consórcio; Ata E8G”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo a seguinte intervenção:

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que não tinha nada contra, antes pelo contrário, mas pensa que este projeto, como o Sr. Presidente disse, merece uma referência a enaltecer estes programas porque, muitas vezes, trabalham nos bastidores e não têm grande visibilidade. Pessoalmente, tem acompanhado mais de perto o CRIVA e, realmente, há ali um trabalho incrível que aqueles técnicos fazem de apoio a crianças originárias de várias etnias e um trabalho junto das famílias, que pensa ser bastante meritório e quando visita o espaço do CRIVA fica a pensar no esforço que ali se faz, mas também é graças à conjugação de várias entidades do nosso concelho que lhe prestam apoio e, às vezes, apesar de não ter uma grande espetacularidade na apresentação, é um programa que ajuda bastante os jovens de setores mais desprotegidos.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

#### 7. RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CONSÓRCIO, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA ESCOLHAS 8.ª GERAÇÃO - PROJETO “TASSE - E8G”

“O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional que tem como missão promover a integração social de crianças, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social, destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica.

Na sequência da renovação do Programa Escolhas para o período de 2021 a 2022 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020) a Fundação Santa Rafaela Maria efetuou a candidatura do Projeto “TASSE – E8G”, tendo a mesma sido aprovada.

O Projeto “TASSE – E8G”, está situado na Quinta da Fonte da Prata e tem como território de implementação as freguesias de Alhos Vedros e Moita. O projeto encontra-se estruturado em duas

áreas estratégicas de intervenção: medida I: Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação e medida III: Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania.

O objetivo geral do projeto é contribuir para uma bem sucedida inclusão escolar, social e para o desenvolvimento saudável de crianças e jovens do território da intervenção, através da promoção de competências de aprendizagem, pessoais, sociais e de cidadania. Propõe abranger 50 crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, durante os dois anos de acompanhamento.

Uma vez aprovada a candidatura, submete-se o respetivo Acordo de Consórcio para ratificação da Câmara Municipal.

Em anexo:  
Acordo de Consórcio; Ata E8G”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

8. “CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA BAIXA DA BANHEIRA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES”  
- PLANO DE TRABALHOS MODIFICADO - BETONIT-ENGENHARIA, LDA

“A empreitada para a execução da obra suprarreferida, com prazo de execução de 540 dias, foi consignada no dia 6 de janeiro de 2020, à empresa BETONIT-Engenharia, Lda.

No dia 13 de janeiro de 2020 foi comunicada à entidade adjudicante a aprovação do plano de segurança e saúde da obra sendo esta a data de início da contagem do prazo da obra.

Em 19 de março o empreiteiro solicitou a suspensão total da execução dos trabalhos fundamentada na declaração do estado de emergência, em resultado da pandemia provocadas pelo Covid-19. Dado que a situação sanitária pública configurou um motivo de força maior, sendo totalmente imprevisível e alheia à vontade das partes, considerou-se justificável o pedido.

No dia 28 de abril de 2020 os trabalhos recomeçaram em virtude de se considerar existirem condições de implementação de procedimentos e medidas adequadas de salvaguarda da segurança e saúde dos trabalhadores com um risco de saúde minimizado.

Por se ter verificado um desvio no plano de trabalhos, não considerando a suspensão ocorrida, o empreiteiro foi notificado, em 16 de maio de 2020, para apresentar um plano de trabalhos modificado (plano de trabalhos, plano de pessoal e plano de equipamento) que refletisse as medidas de correção necessárias.

Em 8 de junho de 2020 a empresa Betonit veio apresentar o plano de trabalhos modificado com os respetivos anexos, que foi aprovado por deliberação de Câmara N.º 073/XII/2020, de 24 de junho de 2020.



A obra decorreu, mas vieram a constatar-se novos atrasos e o não cumprimento do último plano de trabalhos aprovado, pelo que foi deliberado, em 10 de fevereiro de 2021, pela Câmara Municipal da Moita, notificar a empresa BETONIT-Engenharia, Lda, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 404.º do CCP, para se pronunciar quanto aos atrasos verificados e apresentar um plano de trabalhos modificado.

Em 3 de março de 2021 a empresa apresentou o plano de trabalhos modificado e restantes anexos (mão-de-obra, equipamento e plano de pagamentos), que depois de analisados pela diretora de fiscalização e pela gestora do contrato, solicitaram a correção do plano de mão-de-obra, que consideraram não refletir as necessárias medidas de recuperação e do plano de pagamentos, porque refletia um aumento de custos, por um atraso a que o dono de obra é totalmente alheio. Em 25 de março de 2021 o empreiteiro entregou os elementos alterados, tendo todo o processo sido objeto de nova análise pelo município e pela fiscalização, considerando-se que o mesmo tem condições para ser validado, conforme parecer técnico da MECH- Consultores, Arquitetura e Engenharia, Lda.

Face ao exposto, tendo em consideração o atraso da obra, a fundamentação do pedido do adjudicatário para a sua recuperação e a avaliação que recaiu sobre o mesmo, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere aprovar o Plano de Trabalhos Modificado e respetivos anexos, designadamente o plano de mão-de-obra, o plano de equipamentos e o plano de pagamentos, entregues pela empresa Betonit – Engenharia e Construções, Lda. para a empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar da Baixa da Banheira e Respetivos Arranjos Exteriores”.

Anexo: Plano de Trabalhos modificado e respetivos Anexos  
Relatório da gestora do contrato»

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

#### 9. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DA BANCA Nº 09 COM A ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DO GAIO-ROSÁRIO

“Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, através de requerimento registado sob o numero cinquenta mil e dezoito, veio a Srª Nádia Cristina Santos Marques, residente na Estrada do Gado CCI 14708 nos Brejos da Moita, solicitar a atribuição a titulo provisório da banca nº 09, sita no Mercado Municipal Fixo do Gaio-Rosário, para a atividade de frutas e hortaliças.

O Regulamento Municipal de Mercados Fixos de Venda a Retalho, prevê no nº 1 do Artº 5º C, que quando um lugar posto em praça não seja arrematado, possa ser autorizada a sua utilização até à realização da nova Hasta Pública.

De acordo com a deliberação de Câmara Municipal datada de 17/12/2014, a atribuição da referida banca é efetuada mediante o pagamento de 125.00€.

De acordo com o ponto b1) da alínea b) do nº 1 do artº 44º da Tabela de Taxas, anexa ao Regulamento de Taxas do Município da Moita, pela utilização da banca é devida a taxa mensal de 10.42€, a qual acresce iva à taxa legal em vigor.

**Assim, proponho:**

Enquadrando-se o pedido no atrás exposto, seja concedida a atribuição a título provisório da referida banca.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Carlos Albino – Perguntou se esta banca será atribuída a título provisório a uma comerciante que já lá está, e relativamente à referência que fez na última reunião, referente à necessidade de equipamento de refrigeração, se já foi avaliado pelo Sr. Vereador junto das pessoas do mercado, porque existia a possibilidade de haver um equipamento mais económico que suprisse as necessidades existentes.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Confirmou que a comerciante já tem lá uma banca e disse que o mercado do Gaio-Rosário tem somente 2 vendedores, e o preço de instalação e manutenção de uma unidade de frio, não é confortável para um local com 2 vendedores. É muito objetivo nestas questões, e por uma banca de hortofloricultura um vendedor paga pouco mais de 10€, quando é banca de peixe um bocadinho mais, e nos mercados municipais não se cobra mais pela utilização da banca frigorífica, não se cobra mais pelo gelo picado para as bancas de peixe, está incluído na mensalidade, e isto são custos elevados para o município. Naturalmente que, se fizessem as contas reais, aquilo que os vendedores de peixe pagam pela banca não paga à Câmara os custos do gelo que dão, da água que dão, da eletricidade que dão, da limpeza que dão, não paga, mas o objetivo é que as pessoas do município tenham oportunidade de comprar produtos frescos nos seus mercados, e por isso é que têm mercados, e que os comerciantes do concelho possam vender, mas colocar uma unidade de frio num mercado com 2 pontos de venda, muito objetivamente, parece-lhe um pouco exagerado como disse na última vez.

Na sua opinião, podem fazer um estudo, mas à partida parece-lhe uma proposta absolutamente populista, de quem não se sentou e não fez contas, e não percebe sequer o que é que é uma unidade de frio dentro de um mercado. Compreende perfeitamente, e é o primeiro a dizer, que para os comerciantes servem, daí terem aberto esta possibilidade de utilizarem as unidades de frio que estão instaladas nos outros mercados, inclusivamente, o gelo picado, porque são questões que acarretam custos, portanto, não está equacionado para este mandato, nem está em orçamento para este ano de 2021 aprovado por todos, e é público, a construção de uma unidade de frio no mercado do Gaio-Rosário.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que os mercados lhe parecem um serviço que vai muito para além da atividade económica, mas sim para servir toda a comunidade, porque não serão todas as pessoas, quer por opção individual, quer por algumas limitações que possam ter, que se deslocam às grandes superfícies, e porque estimulam ali a atividade e dão vida aos espaços onde estão inseridos. Não esperava que, numa câmara liderada pela CDU, um mercado tivesse uma visão de gestão tão economicista e pediu que esta matéria fosse revista, porque apesar de serem só 2 vendedores, podiam ser mais, o espaço que ocupam e o serviço que prestam é importante e a qualidade do serviço que prestam é importante. Foi aqui referido que existem outras soluções noutros mercados que não passam pela construção de uma unidade de frio, como aqui foi dito, pelo que deixou um apelo para que não houvesse nenhum dogma relativamente às soluções que se pretendem adotar e de espírito aberto,

neste caso, falassem com os comerciantes que lá estão, vissem o que é feito noutros mercados para que seja possível chegar a um consenso que sirva os interesses daquilo que é a saúde financeira da Câmara, e perante as alterações que fazem às GOP seria apenas mais uma. Acha que existe a possibilidade de, ainda neste mandato, ainda neste ano vigente, responder a estas necessidades, que não são nada do outro mundo, pelo que deixou este apelo e disse que iria votar favoravelmente.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Quis apenas dizer que a Câmara Municipal da Moita, ao longo destes anos em que tem tido no poder a CDU, sempre primou para que estes mercados de proximidade funcionassem. Investiu, tem feito uma política em que olha para o negócio dos utilizadores das bancas e olha para os interesses da população, há muitos anos isentaram as bancas em 50%, ao longo dos anos em que os mercados têm estado abertos nunca um utente pagou água, luz e gelo, nunca, e tem dúvidas que o mesmo suceda noutros mercados, portanto, há aqui uma política de ajuda por parte da Câmara Municipal ao longo destes anos, e sempre foi assim, sempre. Quando olham para o mercado do Gaio-Rosário, que foi o penúltimo mercado a ser construído, o último foi Na zona norte da Baixa da Banheira, olham numa perspetiva de ajudar aquela população e o que se tem visto, ao longo destes anos, é que, cada vez mais, os munícipes, quer seja no concelho da Moita, quer seja no concelho do Barreiro, quer seja no concelho de Freixo de Espada à Cinta, vão cada vez mais aos híper e supermercados, e deixam estes mercados, que são mercados de proximidade, mercados de contacto, e o próprio é, e sempre foi adepto de não terem cooperativas de consumo e terem mercados de proximidade, por se tratar de pessoas que precisam de sobreviver, e daí que sempre tenha sido adepto desses mercados, ainda hoje é adepto do mercado na zona sul da Baixa da Banheira. Isto para dizer que quando as pessoas começaram a desistir das bancas no mercado do Gaio-Rosário, considerando que tinham um mercado sobredimensionado e que tinham a única banda que existia, na altura, sem uma sede social, optaram por dividir aquele mercado ao meio, fechá-lo, isolá-lo, instalar lá uma associação e dar outro apoio à renda, e ainda bem que o fizeram, mas já nessa altura em que o mercado tinha uma dimensão razoável não tinham câmara frigorífica, porque sempre funcionou com o apoio dos outros mercados, com o sacrifício dos trabalhadores da Câmara e com o sacrifício da pessoas que lá têm as bancas.

Se querem fazer disto uma bandeira, porque quem lá está precisa, e com razão, porque não a tira, de uma rede de frio, e não sabe se será de gelo se será para refrigerar, quando aquilo está a funcionar de acordo com as regras que têm neste momento, mas se quiserem fazer aqui uma bandeira e dizer que a Câmara tem que adquirir um sistema de frio, se calhar, têm que olhar novamente para o mercado, ver, avaliar, mas sempre dentro deste contexto do que é a circulação de pessoas, do que é aquilo que está ali a funcionar, até porque fecha às 14h, e pela experiência que tem e por aquilo que tem acompanhado, sinceramente, não considera que essa unidade de frio seja prioritária.

Sr. Presidente – Disse que acha sempre curioso quando os representantes locais dos governos que têm nas regras orçamentais, na contenção orçamental, na gestão das contas públicas, o grande fator de orientação das suas políticas, depois aqui os acusam de economicismo. Não se trata, nunca, de economicismo. Não têm critérios de mercado a definir as suas políticas, mas têm critérios de rigor na gestão dos dinheiros públicos, sem dúvida. Esses são, absolutamente, indispensáveis e o rigor significa que é impossível corresponder, no imediato, ou em curto prazo, a todas as expectativas, a todos os anseios, porque o dinheiro público é, de facto, sempre escasso e é sempre necessário ponderar as prioridades, ponderar as diversas necessidades, e a tarefa mais difícil que lhes cabe enquanto políticos, enquanto administradores da coisa pública, é mesmo essa, é ser capaz de decidir os sins e os não, que é uma coisa com que, em algumas versões de fazer oposição, não se preocupam, porque podem estar na posição de dizer sempre que sim porque nunca têm que pagar a conta e, nesse caso, é fácil, não custa nada. Em relação a estas matérias, como em todas as outras, têm que contar cada um dos centimos e definir opções e prioridades, em função de cada uma das áreas e de todas as áreas vistas no seu conjunto, como é evidente, não está a dizer nada que algum dos presentes, na sua honestidade intelectual, não saiba.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e trinta e cinco minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em (CD), ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA